

MARISA JORDINA FRANCO

O SERVIÇO SOCIAL NA TENTATIVA DE CONSTRUÇÃO DE CIDADANIA FRENTE
À REALIDADE BRASILEIRA DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao
Departamento de Serviço Social da Universidade
Federal de Santa Catarina, para obtenção do
título de Assistente Social.

Aprovado Pelo DSS
Em 22/08/94

KRYSTYNA MATYS COSTA
Chefe do Depto. de Serviço Social
CSE-UFSC

Florianópolis, 1994.

AGRADECIMENTOS

Até seria possível listar, o que não caberia no papel é o tamanho da gratidão. Ressaltar nomes seria injusto. Sinceramente, a "todos", muito obrigada pelo simples fato de existirem. Em retribuição fica o compromisso de luta pela transformação.

DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho e todos os meus anos de estudo aos que me puseram no mundo, especialmente minha mãe, que não mediu esforços para que eu chegasse até aqui.

"Não são as perdas nem as caídas o que podem fazer fracassar nossa vida, se não a falta de coragem para levantar e seguirmos adiante."

Samuel Aun Weor

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	6
CAPÍTULO 1	
A CRIANÇA E O ADOLESCENTE NOS DESAFIOS DA REALIDADE SOCIAL	
1.1 Aspectos da realidade brasileira	7
1.2 A realidade brasileira da criança e do adolescente	17
1.3 Realidade social e cidadania	29
CAPÍTULO 2	
UMA EXPERIÊNCIA DE ESTÁGIO DE SERVIÇO SOCIAL NUM PROGRAMA DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES	
2.1 Apresentação do campo de estágio	36
2.2 O Serviço Social na tentativa de construção da cidadania	43
CONSIDERAÇÕES FINAIS	53
SUGESTÕES	54
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	55

INTRODUÇÃO

Este Trabalho de Conclusão de Curso é resultado da prática de estágio curricular de Serviço Social realizado num projeto que atende crianças e adolescentes carentes.

O presente trabalho está dividido em dois capítulos: no primeiro visualizamos, de forma geral, a complexa problemática social nos diferentes setores, tentando resgatar a natureza estrutural dessa realidade, verificando também em termos numéricos, principalmente o que diz respeito à criança e ao adolescente no Brasil, por ter sido a área pertinente ao nosso campo de estágio.

Ainda no primeiro capítulo, procuramos mostrar as possíveis alternativas identificando o que é realmente participação, conscientização e cidadania, temas bastante abordados atualmente, principalmente pelos profissionais de Serviço Social.

No último capítulo tentamos configurar o local onde ocorreu nossa prática de estágio curricular em Serviço Social, descrevendo alguns aspectos da sua trajetória histórica e a atual situação.

Finalizando o trabalho expomos especificamente sobre nossa prática vivenciada, junto às reuniões dos pais das crianças do Projeto Turminha, ressaltando os esforços de intervenção do Serviço Social, para a construção da cidadania, deixando também algumas sugestões possíveis.

CAPÍTULO 1

A CRIANÇA E O ADOLESCENTE NOS DESAFIOS DA REALIDADE SOCIAL

1.1 Aspectos da realidade brasileira

O Brasil caracteriza-se por ser uma sociedade que adota o modelo de desenvolvimento capitalista, isto é, com o predomínio no acúmulo de "capital", evidenciando as desigualdades sociais e de oportunidades.

Fato marcante é a grande contradição ou "dualismo" existente na sociedade brasileira. Conforme afirma OLIVEIRA (1989, p. 18) "O Brasil como oitava economia do ocidente oferece a quinquagésima qualidade de vida do mundo."

Se, de um lado, encontramos uma sociedade com avançada tecnologia, do outro encontramos uma sociedade primitiva, vivendo em nível de subsistência, nas zonas rurais, ou em condições de miséria e pobreza nos centros urbanos, igualando-se às mais atrasadas sociedades afro-asiáticas.

Segundo JAGUARIBE, a origem dessa dualidade provém de três aspectos.. O primeiro fator do dualismo é a forma como ocorreu a abolição da escravatura, supondo que anulando o servilismo instituído, todos os males dele decorrente desapareceriam. Foi esquecido que os ex-escravos e suas famílias precisariam de assistência especial em diferentes campos como: educação, saúde e outras facilidades; perdurou pois, no curso de quatro gerações, o dualismo entre minoria beneficiada e grande maioria não

beneficiada, vivendo na ignorância e miséria, acreditando-se "livres".

O dualismo social no Brasil tem como segundo fator a sua industrialização tardia de forma acelerada, sem condições de incorporar grande parte da população rural ao setor industrial, ao contrário do que ocorreu com os países que se industrializaram no século XIX.

E o terceiro fator não menos relevante é o elevado grau de ignorância da população, com baixíssimo nível de escolaridade, falta de qualificação para o trabalho e conseqüente baixa produtividade e remuneração.

O resultado desses aspectos é uma sociedade com evidentes indicadores de pobreza absoluta.

Segundo ABRANCHES, não se pode avaliar pobreza apenas pelo fator renda, porém essa é um "eficiente" indicador.

Os programas governamentais no Brasil costumam demarcar a pobreza em três salários mínimos.

Conforme o documento "Mapa do mercado de trabalho", realizado pelo IBGE (1994), 34 milhões de trabalhadores recebem menos de três salários mínimos por mês¹, isso significa dizer que os orçamentos domésticos dessa população não dá para cobrir nem as despesas elementares com a alimentação.

¹RODRIGUES, C. Os números da exclusão social. Revista Políticas Governamentais, n. 99, 1994. p. 7.

É neste país que o carro mais barato, "Uno Mille", custa 7,5 mil dólares, sendo batizado pela indústria automobilística de "carro popular", enquanto que a média salarial é de 320 dólares.

O Brasil é um dos países do mundo que mais possui dentistas por habitante, no entanto, é tido como o país dos desdentados.

É um dos países que mais vende remédios para emagrecer e, no entanto, é onde mais morre gente de fome.

Possuímos a terceira renda mais concentrada do mundo, perdendo apenas para Honduras e Serra Leoa². Hoje, os 10% mais ricos retêm 48,1% da renda nacional, enquanto os 10% mais pobres ficam apenas com 0,8% da renda³.

Não podemos cair na ingenuidade de pensar que o estado de pobreza e miséria brasileira é algo natural e imutável; pelo contrário, são geradas pela opção de desenvolvimento econômico-social capitalista, pautado em um processo próprio de expropriação, com uma lógica própria de exclusão de grandes parcelas da população.

A característica básica do sistema capitalista, em nossa sociedade, é a relação de exploração e dominação. A relação de dominação refere-se a uns poucos que detêm o poder econômico, são donos do capital, dominando-o (máquinas, terras e a força de trabalho do outro).

² ARAÚJO, T.B. Consea na luta contra a miséria. Revista Políticas Governamentais. n. 98, 1994. p. 19.

³DIÁRIO CATARINENSE. Ano 7, n. 2850, 1994. p. 6.

A relação de exploração refere-se, pois, a esses poucos que "dominam o capital", explorando a força de trabalho do restante da população, através de salários miseráveis⁴.

Marx denomina isso de "mais-valia", o excedente que fica com o dono do capital e que permite a permanente acumulação do capital.

Dussel aprofunda o termo, chamando a "mais valia" de "mais vida", porque a cada objeto produzido, está a própria vida do trabalhador, com desgastes muitas vezes irreversíveis (1987, p. 251).

O certo seria que houvesse um retorno justo ao trabalhador, uma melhor remuneração, para garantir melhores condições de vida, pois é justamente esse trabalhador mal remunerado, explorado, o responsável direto pelas elevadas taxas de crescimento econômico brasileiro e, com certeza, não participa desse lucro.

Apesar de o Brasil se situar entre as dez maiores economias do mundo, com um PIB (Produto Interno Bruto) de 420 bilhões de dólares, dos seus 150 milhões de habitantes, 32 milhões são miseráveis - uma população equivalente à da Argentina - cuja renda não permite o acesso a uma qualidade de alimentos adequada às exigências nutricionais mínimas⁵.

A Constituição de 1988 determina que o salário mínimo deve suprir as necessidades básicas de um trabalhador "e sua família",

⁴Cf. GUARESHI, 1988.

⁵ IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios/1990. Rio de Janeiro, 1991.

garantir moradia, alimentação, educação, saúde, lazer, vestuário, higiene e transporte. Nada é mais inconstitucional que o salário mínimo do Brasil: é o terceiro mais baixo da América do Sul, em torno de 70 dólares; perde apenas para o Peru e a Bolívia. Os 20% mais ricos, ainda, ganham 27,3 vezes mais do que os 20% mais pobres⁶.

A produtividade e os lucros aumentam, mas os salários não. O retrato do mercado de trabalho no Brasil é assustador: dos 62 milhões de brasileiros ocupados, mais da metade, 35 milhões, trabalham sem carteira assinada⁷.

A carteira de trabalho assinada constitui instrumento jurídico indispensável para que o trabalhador tenha amparo na legislação trabalhista, ou seja, direito a descanso remunerado, férias, 13º salário, seguro desemprego, etc. Temos, assim, milhões de desamparados no campo do trabalho.

O quadro atual alarmante da pobreza e miséria está relacionado diretamente com o estado de "ignorância" em que se encontra a maioria da população brasileira.

A melhoria educacional sempre é alvo dos discursos de políticos dos sucessivos governos. No entanto, no campo da educação, são fixados objetivos e estabelecidas normas que não são concretizadas e até mesmo são inacessíveis na prática.

⁶ DIÁRIO CATARINENSE, op. cit. p. 4.

⁷ DIÁRIO CATARINENSE, op. cit. p. 5.

Apesar do que preconiza a Constituição Brasileira, que garante o acesso de todos à educação, o grau de analfabetismo no País atinge em torno de 40 milhões de habitantes⁸. Segundo CIGNOLLI, observa-se claramente que os recursos orçamentários destinados à área educacional são irrisórios.

Nos últimos tempos os municípios tornaram-se, por lei, os responsáveis pela manutenção do ensino público básico, porém suas fontes e tributos não são suficientes para dar conta dessa atribuição.

Na verdade, houve uma descentralização das ações sociais federais e estaduais para os municípios, porém o repasse de recursos financeiros não ocorre na forma devida pela União.

Ainda com relação aos recursos do ensino público, um aluno do ciclo secundário significa gastos 4,4 vezes superiores aos de um aluno da escola primária, enquanto a manutenção de aluno universitário representa custos 42,4 vezes superiores a um aluno do ciclo primário.

Junto com a falta de recursos está a falta de qualidade do ensino.

As dificuldades que se apresentam no ensino são grandes: baixa qualidade, taxas elevadas de reprovação, evasão escolar, falta de professores e débil preparo destes, insuficiência de material, etc. (CIGNOLLI, 1985, p. 72.)

⁸ DIÁRIO CATARINENSE, op. cit. p. 5.

Acrescente-se a esse quadro desolador da educação, o crescimento demográfico e a urbanização, que aumentam a demanda de vagas, resultando mais gente fora da escola.

Uma vez que a educação no seu sentido mais amplo, como saída para a maioria dos problemas sociais, vai mal, já se pode prever que a saúde em si, também está mal, deixando muito a desejar.

Não podemos, assim, ter uma visão simplista que a saúde represente unicamente ausência de doença. Saúde está relacionada com a qualidade de vida do indivíduo:

A saúde plena, a que não envolve apenas a recuperação da doença, significa, como foi definida na 8ª Conferência Nacional de Saúde (1986) 'o resultante das condições de alimentação, habitação, educação, renda, meio ambiente, trabalho, transporte, emprego, lazer, liberdade, acesso à posse da terra e acesso a serviços de saúde. (SCOREL, apud TEIXEIRA, 1987, p. 182.)

Se considerarmos essa nova definição de saúde, veremos que o Brasil é um país literalmente doente.

Os dados revelam o descaso do governo para com a área da saúde:

O Brasil possui uma relação de um médico para cada duas mil pessoas, quanto a média internacional é de 420 pessoas por médico. Enquanto que nos países desenvolvidos há uma proporção de 1 enfermeiro para cada duas centenas de habitantes, no Brasil a a relação é de 1 para cada 1300. (VICENTE, 1983, p. 124.)

Segundo JAGUARIBE, no caso específico de doenças infecciosas intestinais, a falta de saneamento básico e a desnutrição respondem por mais de 90% dos óbitos: "Apenas 33% da população tem uma dieta

adequada, com dois terços da população em situação nutricional de carência." (1989, p. 227.)

Portanto, o problema da desnutrição no Brasil é bastante significativo e sério, já que a condição material básica mínima para sobrevivência é a alimentação.

A deficiência alimentar no Brasil é mais calórica que protéica, isso quer dizer mais quantidade e menos qualidade. A insuficiência calórica está relacionada com o baixo nível de renda⁹.

O país produz cerca de 70 milhões de toneladas de grãos, uma das maiores produções agrícolas do mundo. O País produz, a cada ano, 930 kg de alimento per capita, o que daria um consumo estimado de 2,8 kg/habitante/dia, o suficiente para que cada brasileiro se alimentasse bem. Só que uma quantidade significativa dessa produção é destinada ao consumo fora do País (parte do soja, por exemplo, transforma-se em farelo para alimentação animal, nos países ricos¹⁰.

De acordo com estimativa da Coordenadoria de Abastecimento da Secretaria de Agricultura de São Paulo, o Brasil perde anualmente, apenas entre a colheita e armazenagem, 24 milhões de toneladas de grãos, hortaliças e frutas. Esse desperdício, convertido em dinheiro, corresponde a 5,4 bilhões de dólares. Isso daria para alimentar 9,2 milhões de pessoas necessitadas durante dois anos, com 334,7 cestas básicas de 36 quilos. Aí não estão computadas as

⁹Cf. ABRANCHES, 1985, p. 41.

¹⁰ARAÚJO, C. op. cit. p. 19.

perdas no beneficiamento, comercialização, nos restaurantes, e até nas cozinhas das donas-de-casa¹¹.

Nos últimos 30 anos houve aumento na produção de cana-de-açúcar em 80%, de laranja 70% e de soja 40%. Enquanto o aumento da produção de feijão, componente básico da alimentação popular, foi de apenas 5%, revelando a ênfase para a exportação, e não para o consumo interno.

Muitos problemas sociais, especificamente no campo da saúde, estão relacionados com as deficiências no planejamento sanitário, notadamente no que se refere ao melhoramento no abastecimento de água, escoamento sanitário, instalações sanitárias domiciliares, drenagem pluvial e correta manipulação do lixo.

Nunca entre nós o desenvolvimento urbano se preocupou, prioritariamente, em criar um habitat que preservasse a qualidade de vida e as condições humanas de convivência urbana. (JAGUARIBE, 1989, p. 242.)

Nas últimas décadas houve uma crescente aceleração do êxodo rural, ou seja, a vinda do homem do campo para os centros urbanos, ocasionando um agravamento no setor habitacional. Prova disso são os números que revela o IBGE, no 1º Cadastro de Favelas do Brasil: elas somam um total de 3223 em todo o País, reunindo um conjunto de 949.911 domicílios¹².

Se na vida urbana nós vemos de forma explícita a pobreza nos pedintes de rua e nos barracos de comunidades carentes das

¹¹ DIÁRIO CATARINENSE, op. cit. p. 7.

¹² PESQUISA do IBGE derruba mitos. São Paulo : VEJA, n. 14, 1994. p. 96.

periferias, os números, no entanto, nos mostram o que a distância e o fascínio da beleza rural nos impedem de ver: a pobreza é proporcionalmente maior no meio rural.

Estudos do IBGE revelam que na área urbana, 16% dos trabalhadores ganham menos de um salário mínimo, enquanto na área rural esse percentual sobe para 31%. No campo a remuneração média de quem trabalha é de 1,6 salário mínimo, pouco mais de 100 dólares, enquanto na cidade essa média sobe para 5 salários mínimos, ou 350 dólares.¹³

O trabalhador do campo carece de assistência técnica e social nas áreas da saúde, educação, transporte, etc, com uma política de subsídios financeiros mais facilitada que assegure os riscos nas perdas das plantações. Tudo isso significa beneficiamento do meio rural, o que não ocorre por falta de Reforma Agrária.

A atual estrutura latifundiária tem relação direta com a migração interna, o inchaço das cidades, o desemprego, a fome, a violência rural e urbana.

As principais questões da década passada continuam se arrastando por esta; conforme vimos, os fatos evidenciam a gravidade da situação nos mais diferentes setores, como da saúde, educação, saneamento, emprego, habitação, que afetam particularmente as crianças e adolescentes do País, ficando assim, ameaçado o futuro de toda a sociedade.

¹³RODRIGUES, C. op. cit. p. 8.

1.2 O retrato da criança e do adolescente no Brasil

O Brasil é considerado um país de população jovem, visto que comparado com países desenvolvidos como Estados Unidos e Suécia, onde respectivamente, 31,2% e 26,2% da população possui menos de 18 anos, no Brasil, essa faixa etária é de 41,9%¹⁴. Porém, o estado em que se encontra a juventude brasileira é bastante preocupante.

Segundo VICENTE, a problemática da criança e do adolescente não pode ser reduzida à incapacidade da família em resolver seus problemas, mas sim em implicações conjunturais e estruturais do perverso modelo de desenvolvimento econômico e social instalado no país, conforme abordado no item anterior, pautado na lógica do sistema de acúmulo de capital, com injusta distribuição de renda e oportunidades.

Os dados disponíveis na área da criança e do adolescente, como sempre, não são suficientes para representar com exatidão rigorosa a realidade da infância brasileira, mas permitem, no entanto, revelar em traços gerais a magnitude e dimensão da problemática.

São aproximadamente 57,5 milhões de crianças e adolescentes, dos quais 41% estão na faixa etária que vai do nascimento até a idade da obrigatoriedade escolar. Dessa população infantil as crianças pobres de 0 a 6 anos constituem quase metade das crianças brasileiras, equivalendo toda população de Portugal e do Chile; 44% da população de até 17 anos provém de famílias com renda per capita

¹⁴FUNDAP. Políticas Sociais no Brasil. Avaliação e Propostas para os anos 90. [S.l. : s.n.], mar. 91, p. 12.

inferior a meio salário mínimo¹⁵.

O artigo 227 da Constituição Brasileira dispõe que:

É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança e ao adolescente, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência social e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão.

Porém, basta um pequeno passeio nas ruas dos centros urbanos para vermos que há ainda muito por fazer para que o disposto na Constituição Federal se torne uma realidade.

Dados da UNICEF (Fundo das Nações Unidas para a Infância) indicam que sete milhões de meninas e meninos no Brasil¹⁶ são considerados crianças de rua:

aquela que a usa de diversas maneiras e nela permanece, esporádica ou permanentemente. É uma condição genérica que envolve diferentes condições de vida da criança, caracterizada pela combinação de fatores como trabalho prematuro, baixa escolaridade, desligamento familiar, habitat rua, abandono, analfabetismo, mendicância, maus tratos, exploração sexual, comportamentos delitivos, pobreza, etc. (UNICEF, 1987, p. 7.)

Conforme Almir Pereira Jr., sociólogo, pesquisador do IBASE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), a legislação, leis e códigos específicos sobre criança e adolescente, formulados

¹⁵FUNDAP. op. cit. p. 17.

¹⁶ESPERT, S. Francisco. Abertura e humanização institucional. Bogotá : Guadalupe, 1987. p. 14.

ao longo do tempo no Brasil, não se referiram ao total da população infanto-juvenil, mas unicamente a uma parcela "diminuta", pauperizada, sem recursos e socialização adequada, como sendo uma minoria em situação irregular.

Mas, na realidade, verifica-se que os jovens "abandonados e desviados", que precisam garantir prematuramente sua sobrevivência, não são uma exceção e sim a maioria da população nessa faixa etária. Em consequência, se verifica um conceito estigmatizante sobre a infância, socialmente construído, diferencia "criança" e "menor".

Criança não trabalha; "menor" trabalha. Criança não comete delito, "menor" comete. Crianças não causam medo aos adultos, já os "menores" fazem parte do cenário de violência urbana como autores de delito. Sua "condição irregular" os despoja dos atributos e características infantis. De tal maneira que, resumidamente, podemos dizer que, se por um lado a sociedade possui um instinto de proteção das crianças, por outro cria mecanismos para se defender do "menor". (PEREIRA Jr., 1992, p. 27.)

Durante muitos anos o mundo acadêmico e a sociedade civil organizada valeram-se do termo "menor", hoje oficialmente eliminado pelo Estatuto da Criança e do Adolescente que entrou em vigor em 1991. É recente um movimento mais significativo para que esse termo não seja mais usado.

Acabar com os "estereótipos" criados em torno da expressão faz com que surja um novo tipo de relação entre sociedade e a população infanto-juvenil. Isso não se trata de uma mera "formalidade semântica", mas representa um pressuposto político básico, no resgate de toda a população formada por crianças e

adolescentes, enquanto "sujeitos de direitos" em fase peculiar de desenvolvimento.

Segundo COSTA (1990) o Estatuto da Criança e do Adolescente introduz mudanças profundas e amplas de enfoque doutrinário da "situação irregular" para "proteção integral" para todas as crianças e adolescentes do Brasil, com uma verdadeira Constituição da Infância e da Juventude.

Mudanças de tal amplitude e alcance implicam uma radical revisão nos métodos, nas técnicas e na organização dos programas de atendimento. Tais modificações deverão, em primeiro lugar, impedir que as crianças e adolescentes sejam tratados como objetos... por parte da família, da sociedade, do Estado; em segundo lugar, deverão promover a consideração e o respeito das suas potencialidades e limitações em cada fase do seu desenvolvimento pessoal e social; finalmente, elas deverão reconhecer a natureza prioritária do atendimento às suas necessidades básicas. (COSTA, 1990, p. 39.)

As mudanças incluem a descentralização político-administrativa, a participação da sociedade civil organizada na formulação e controle, das políticas e programas voltados para a criança e o adolescente em todos os níveis, principalmente municipal. Erradicando as mentalidades e práticas que marcaram o extinto sistema FEBEM/FUCABEM.

Segundo o UNICEF, o Brasil possui 400 mil crianças e adolescentes institucionalizados¹⁷, com todos os problemas agravantes que tal situação implica: o alto custo, o governo, por sua vez, gasta 550 dólares por mês, em média, para sustentar cada criança nas entidades oficiais que abrigam os ditos "menores abandonados".¹⁸

¹⁷ ESPEPT, S. F., op. cit. p. 14.

¹⁸ VEJA. Abril, n. 9, ano 27, p. 80, 2 mar., 1994.

O sistema institucional para crianças e adolescentes no Brasil se caracteriza (como quase todos países latino-americanos, com parâmetros de pesquisa da UNICEF a nível latino-americano) por: tratamento autoritário; mau ambiente ou deterioração do ambiente; assistência massificada e despersonalizada; normatização excessiva, sem conteúdo pedagógico, a não-participação da criança; sistema educativo formal, pobre e incompleto; maus tratos físicos e psicológicos como prática "normal"; deficiência ou ausência de serviços médicos e dentários; degradação da criança; ausência de atividades de lazer dirigidas para fins recreativos¹⁹.

As diversas formas cotidianas da violência contra a infância em geral, maus tratos, abusos, agressões verbais, constituem um traço comum tanto em sociedades desenvolvidas como subdesenvolvidas.

Porém, o "extermínio" representa a versão mais extrema e brutal de manifestação da violência instaurado no país, não contra a infância em geral, mas sim contra "uma parcela dessa população".

Segundo a síntese de relatórios referentes ao extermínio de crianças e adolescentes no Brasil, há muita fragilidade no aspecto quantitativo do problema.²⁰ "Dentre as maiores dificuldades encontradas pelos relatórios, destaca-se a falta de identificação da vítima e parcialidade dos dados que são divergentes entre as fontes." (PINTO, 1991.)

¹⁹ESPERT, F. op. cit. p. 28.

²⁰PINTO, Luzia Luiz. Extermínio de crianças e adolescentes. Rio de Janeiro : GT-SIPIA/DIPPOM, 1991.

Conforme registros oficiais, em 1990 foi denunciado o extermínio de uma criança por dia. Os locais onde se constata o maior número de registro de extermínio de população menor de 18 anos são: São Paulo (no caso, a grande São Paulo); Rio de Janeiro (nos municípios da Baixada Fluminense) e Pernambuco (especialmente sua capital, Recife).

O maior número de dados sobre crianças e adolescentes assassinados é da própria Polícia Federal: nos anos de 1988, 1989 e 1990 foram registradas 4.611 execuções, o que dá uma média anual de, aproximadamente, 1.533 vítimas.

O perfil típico da vítima que se sobressai em todos os relatórios é ser do sexo masculino, de cor "parda ou negra".

Embora a "agressão direta" seja atribuída a uma pessoa, evidencia-se "o mando" de grupos como o da própria criminalidade organizada (traficantes, pistoleiros); policiais militares ou civis; ex-policiais; seguranças privados contratados por empresários e pequenos comerciantes.

Esse famoso sistema de massacre, as chacinas, instaurado no Brasil é de amplo conhecimento de setores nacionais e internacionais, assim como outros números de violências contra as crianças e os adolescentes.

O Brasil ocupa o primeiro lugar em prostituição infanto-juvenil na América Latina e o segundo no mundo, conforme os números da Comissão Parlamentar de Inquérito do Ministério do Bem Estar Social, que investiga a exploração e a prostituição dessa faixa etária.

Existem no País mais de 500 mil meninas menores de idade prostituídas. Entre as denúncias estão o tráfico de meninas para a prostituição nos garimpos dos estados do Amapá, Maranhão, Acre e Pará, onde até as meninas são decaptadas por se recusarem a manter relações sexuais com os garimpeiros.²¹ Os maiores promotores da prostituição infantil são os parentes próximos (ex.: pai biológico, padrasto, irmão, avô) e pessoas de confiança da vítima (ex.: amigo da família).

A violência é estrutural, produto de um modelo econômico que optou pelo crescimento a qualquer preço, e desconsiderou o custo social de seu projeto concentrador e excludente onde a maior vítima é a infância brasileira.

Dados de 1990 do IPEA (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada) indicam que morrem, aproximadamente, 300 mil crianças e adolescentes por doenças que poderiam ser evitadas como a diarreia e a pneumonia. Males esses agravados pela falta de moradias dignas e uma alimentação adequada.²²

O banquete da "miséria" é uma dieta de pão e água que deixa seqüelas fortes na infância brasileira.

A falta de uma alimentação adequada proíbe milhões de crianças de terem uma estatura normal, conseqüentemente, um em cada quatro brasileiros não atinge a altura normal de 1m61cm (homem) e 1m53cm (mulher), o que revela a formação de uma sub-raça, principalmente nas regiões Norte e Nordeste, onde é cada vez maior

²¹ DIÁRIO CATARINENSE, ano 8, 9 set. 1993.

²² DIÁRIO CATARINENSE, ano 8, n. 2611, 1993. p. 29.

o número de crianças com retardo severo de crescimento. Segundo dados do IBGE, nas áreas pobres o problema atinge quase 35% das crianças até cinco anos.²³

A taxa de mortalidade infantil revela as condições sócio-econômicas dos grupos populacionais: maior mortalidade infantil representa pior condições de vida e vice-versa.

Segundo dados do IPEA, em 1993, a taxa de mortalidade infantil do Brasil registra que em cada mil crianças que nascem, 45 morrem, sendo as principais causas a situação nutricional (a desnutrição) e as doenças pulmonares.²⁴

"A cada minuto morre uma criança de até 1 ano e a cada dois minutos morre uma criança entre 1 a 5 anos de idade." (JAGUARIBE, 1989, p. 227.)

O Brasil é campeão mundial de casos de aborto, com 3 milhões por ano.²⁵

A má alimentação das crianças brasileiras tem efeitos diretos sobre a educação, traduzindo um baixo rendimento escolar, conseqüente repetência ou abandono.

As taxas de repetência e evasão escolar na escola pública brasileira estão claras nos números do IBGE de 1990, mostrando que

²³ DIÁRIO CATARINENSE, op. cit. p. 2.

²⁴ DIÁRIO CATARINENSE, op. cit. p. 17.

²⁵ DIÁRIO CATARINENSE, op. cit. p. 6.

de cada 100 crianças, 88 não conseguem concluir o primeiro grau²⁶.

Para os 10% mais pobres da população brasileira, a taxa de repetência na 1ª série é de 75%. Para os 10% mais ricos também é extremamente alta: 40%; isso revela que cerca de 50% dos alunos da 1ª série são repetentes.²⁷

Temos assim uma rede de ensino falida, em que a cada ano, mais de 8 milhões de crianças param de estudar. No Brasil apenas 20,3% dos alunos completam o 1º grau. E os que completam levam em média 11,4 anos para tal.

As baixas condições de vida fazem com que as crianças e adolescentes ingressem no mercado de trabalho deixando a escola para prover o sustento próprio e/ou da família, onde encara enormes dificuldades, como a inexperiência, jornada de trabalho prolongada, remuneração abaixo dos demais trabalhadores ou sem remuneração, impropriedade de tarefas que lhes são atribuídas, causando distúrbios no seu desenvolvimento físico e psicossocial.

O alto índice de evasão escolar representa que mais de 23 milhões de jovens brasileiros estão condenados a um nível de conhecimento formal precário, com conseqüente perspectiva de um emprego razoável.²⁸

Segundo o IBGE (1990), existem mais de 2 milhões de crianças, entre 10 e 13 anos, ou seja, em idade escolar, em fase de

²⁶ DIÁRIO CATARINENSE, op. cit. p. 3.

²⁷ DIÁRIO CATARINENSE, op. cit. p. 3.

²⁸ ARAÚJO, T.B. op. cit. p. 20.

alfabetização, que trocam a sala de aula pelo trabalho. A taxa de atividades dessas crianças é de 28% em áreas rurais, caindo para 8% nas áreas urbanas, representando 3% da força total de trabalho do País.²⁹

Sempre se tem em mente que criança que trabalha está nas ruas das grandes cidades e de preferência no Nordeste. Porém, conforme dados do IBGE (1993), o contingente de crianças que trabalham nos centros urbanos é inexpressivo, sendo muito maior nas zonas rurais da região Sul, em pequenas propriedades, um traço cultural que se tornou imperativo de sobrevivência, lembrando que a Constituição Federal e o Estatuto da Criança e do Adolescente deixam bem clara a proibição de qualquer tipo de trabalho ao menor de 14 anos de idade, mesmo em regime familiar, a não ser em condições de aprendiz, para garantir o término da escolaridade obrigatória.

Vulgarmente, qualifica-se como aprendiz o adolescente que começa a trabalhar exercendo qualquer atividade que não comporta profissionalização, como a de office-boy, estafeta, mensageiro, empurrador de carrinho ou ensacador de compra em supermercado. No sentido teórico em que o termo deve ser tomado na Constituição, aprendiz é o adolescente que se profissionaliza trabalhando dentro de um processo educacional em que se utilizam métodos que levam ao conhecimento teórico-prático de um ofício cujo exercício proficiente exige pré-qualificação. (OLIVEIRA, apud CURY, 1992, p. 183.)

O não trabalhar não traduz a total "ociosidade", mas se refere a chance de ser criança, estudar e brincar. Pois é claro que o trabalho prematuro compromete o desenvolvimento físico e psíquico da criança que, quando exposta a serviços pesados, leva-a a um amadurecimento psicológico forçado.

²⁹ IBGE, op. cit. p. 35.

Diante da complexidade da realidade social, a lei garante o direito de ser criança, sendo que a atual Política Nacional da Criança e do Adolescente está consolidada fundamentalmente no Estatuto da Criança e do Adolescente, cujos princípios básicos são: a descentralização político-administrativa, limitando as execuções diretas da União, ampliando de forma considerável as competências e responsabilidades do município. E a participação da população por meio de suas organizações representativas na formulação das políticas e no controle das ações em todos os níveis (municipal, estadual e federal), através de conselhos deliberativos e partidários.

Para deliberação desses fins, a lei preserva: a criação das "diretrizes municipais" de atendimento à criança e ao adolescente, que estabelecem normas básicas para o atendimento das crianças de adolescentes de acordo com as peculiaridades locais.

A criação de um "Conselho Municipal" dos Direitos da Criança e do Adolescente, que é formado por um número de membros que corresponda à paridade entre representantes de órgãos governamentais e não-governamentais para deliberar e controlar questões e ações relativas ao atendimento dos direitos da criança e do adolescente no município.

A lei garante ainda a existência de um "Fundo Municipal" para a criança e o adolescente, sendo seus recursos vinculados ao Conselho Municipal e aplicados nos termos da política local de direitos da criança e do adolescente.

E, finalmente, a existência dos Conselhos Tutelares:

O Conselho Tutelar atenderá casos, ou seja, pessoas, indivíduos, famílias em que se constatem ameaças ou violações de direitos, nos termos do Estatuto. (COSTA, 1990, p. 58.)

O órgão federal responsável, exclusivamente, pela normatização da política infanto-juvenil é o CBIA - Centro Brasileiro para a Infância e Adolescência, que atua por meio de convênios de apoio técnico e financeiro dos Estados Municípios e organizações não governamentais. É uma fundação vinculada ao Ministério da Ação Social, com sede em Brasília e agência em todos os Estados da Federação.

Assim o CBIA não possui mais sob sua responsabilidade os enormes centros pilotos de atendimento direto à população infanto-juvenil, antiga FUNABEM (Fundação Nacional do Bem Estar do Menor), que era exemplo claro da hierarquização e centralização do poder de tutela na mão da União.

O CBIA tem como missão institucional a coordenação da política nacional de proteção especial às crianças e adolescentes em situação de risco pessoal e social e a implementação do Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei nº 8069/90).

Assim, o Estatuto cria novas "arenas", cenários dentro da estrutura do Estado: os Conselhos de Direitos e os Conselhos Tutelares. Na busca de garantir a participação da sociedade civil, forçando a atuação do governo e reformulando a gestão e execução de políticas públicas.

1.3 Realidade social e cidadania

Diante de tantos desafios colocados e da complexidade do problema é preciso definir possíveis estratégias de soluções. A cidadania na sua plenitude passa a desempenhar importante papel no sentido de fazer a sociedade brasileira superar o atraso da miséria, da desigualdade econômica, social e das estruturas que há décadas concentram renda e riquezas nas mãos das elites, distribuindo pobreza para amplas camadas da população.

A categoria cidadania, pois, constitui-se em ponto estratégico de ameaça ao poder instituído e de luta para uma nova sociedade, mais justa e igualitária.

Compreende-se por cidadania, na concepção moderna, a prática dos sujeitos sociais no que diz respeito aos seus direitos e deveres: direito de justiça perante a sociedade, direito à igualdade e liberdade de expressão, direito do acesso à saúde, habitação, lazer, o domínio sobre seu corpo e sua vida, etc. Mas também tem responsabilidades em conjunto, no coletivo, cumprindo normas elaboradas coletivamente.

O termo cidadania tem sua origem na "polis grega", relacionado com o surgimento da vida na cidade.

As sociedades grega e romana já proporcionavam certo exercício de cidadania, que era a oportunidade do indivíduo atuar na esfera pública, ter responsabilidades jurídicas e administrativas nos negócios públicos.

Isso significava uma cidadania parcial, restrita a certo

grupo de pessoas privilegiadas material e intelectualmente, enquanto outro grupo, mulheres, crianças e escravos, eram excluídos dessa vida pública, ou seja, excluídos do exercício de cidadania.

O atual conceito de cidadania de conteúdo universalizante surgiu nos últimos três séculos de ascensão da burguesia (antes, burgos, comerciantes) em luta contra a sociedade feudal (que era rural).

Na sociedade feudal os servos e os camponeses eram tratados como gado;... não tinham escolha sobre seus destinos, nem arbítrio sobre seus valores. Se, sob o Estado Monárquico, os camponeses e os trabalhadores já desfrutavam certa liberdade de locomoção e algum desígnio de suas vidas, estavam contudo submetidos aos desejos do monarca, e não tinham como defender sua segurança pessoal. Tudo isso mudou com o surgimento do Estado liberal burguês, quando a burguesia instaurou o Estado de Direito. (COVRE, 1991:21.)

A burguesia tinha um caráter revolucionário e foram as "revoluções burguesas", principalmente a Revolução Norte-Americana (1776) e a Revolução Francesa (1789) que, com suas Cartas Constitucionais, passam a estabelecer direitos iguais, universalizantes a todos os homens, acenando para o possível fim das desigualdades, pelo menos perante a lei.

A ascensão da burguesia traz consigo o desenvolvimento capitalista. Assim, temos duas faces da mesma moeda.

De um lado, trata-se do processo - o mais avançado que a humanidade já conheceu - de saída do imobilismo da sociedade feudal. Nessa evolução, despontou a cidadania, em sua proposta de igualdade formal para todos. De outro lado, porém, delineia-se o processo de exploração do capital. (COVRE, 1991, p.12.)

Após a Segunda Guerra Mundial, em consequência do estado de choque que se encontrava as nações, os princípios das "Cartas Constitucionais", foram reorganizados e ratificados pela Organização das Nações Unidas (ONU) com a formulação da Declaração Universal dos Direitos do Homem, em 1948.

A burguesia, enquanto grupo vencedor, enquanto classe dominante, incorporou conceitos e princípios que permitem sua permanência no poder.

Existe uma visão burguesa de cidadania que reserva "cidadania" e os "direitos humanos a todos" somente aos que tenham capacidade e/ou propriedade privada.

Por isso a luta é para que os direitos não fiquem só em termos jurídicos legais.

Na Declaração Universal dos Direitos Humanos comumente se reconhece os ditos direitos civis, os direitos políticos, econômicos e os direitos sociais (COSTA, 1990). Essa diferenciação é meramente de "caráter aclarador didático-expositivo", os direitos devem ser tomados como um todo orgânico.

Os direitos civis, segundo COSTA (1990) dizem respeito à igualdade formal perante a lei, sem distinção de cor, raça ou credo. Englobam desde o direito à vida, à liberdade e segurança pessoal; à livre crença religiosa e de opinião; à propriedade individual ou em sociedade (Arts. 3 a 19).

Para COVRE (1991) os direitos civis dizem respeito ao direito de domínio sobre seu próprio corpo, de liberdade de

expressão, locomoção, segurança, etc.

Parece óbvio que cada um é dono de seu próprio corpo, porém se sabe que, por exemplo, em regimes ditatoriais, ocorrem restrições a esse direito. Como foi o caso no Brasil, em 1964, e no regime do Leste Europeu, não se podia andar em certos horários ou falar de certos assuntos.

Os direitos políticos são traduzidos pela liberdade de associação e pelo direito de o indivíduo tomar parte no governo de seu país, votando ou sendo votado (arts. 20 e 21). Conforme COSTA (1990), referem-se à "aptidão" para decidir politicamente, organizar-se, manifestar-se, mobilizar-se.

Os direitos econômicos são consolidados pelo direito ao trabalho; à proteção contra o desemprego; à remuneração que assegure uma existência digna, o direito à limitação da jornada de trabalho e a férias periódicas remuneradas, e à organização sindical (Arts. 23 e 24).

Por fim, os direitos sociais são traduzidos pelos direitos à alimentação, vestuário, habitação, saúde, previdência, assistência, educação, cultura e pelo direito a participação no progresso científico (arts. 25 a 28).

Os "tipos" de direito estão profundamente ligados, pois um só tem razão de existir a partir dos demais.

Essa divisão serve apenas à análise; para que esses direitos sejam efetivamente atendidos, por exemplo, o atendimento real dos direitos sociais - e mesmo dos civis, depende da atuação política, isto é, de que vigorem os direitos políticos. (COVRE, 1991, p. 11.)

É importante que "os sujeitos sociais" se organizem na luta pela elaboração de leis, que se conscientizem de seus direitos, mantendo um processo crítico contínuo em relação às leis, para que sejam reformulados de acordo com cada momento histórico.

A base para o exercício pleno da cidadania é, sobretudo, a conscientização e a participação.

A conscientização no sentido de romper com os resquícios colonialistas que perpassam hoje nosso cotidiano, vencendo a conduta autoritária, alienante, desvelando a realidade social, indo à essência das coisas, criando assim condições mínimas para avançar.

Este processo da consciência, intencional e crítico, que busca o oculto na aparência dos fatos e das coisas, tem em vista a libertação pessoal que viabiliza a transformação social mediante a participação. Uma prática conscientizadora é aquela que possibilita ao homem a compreensão do seu mundo (de tudo que lhe chega)... em busca da verdade. (VICENTE, 1983, p. 91.)

Paralelo à conscientização, papel fundamental do profissional do Serviço Social, está o processo reivindicatório através da participação.

A palavra participação quase sempre é utilizada como sinônimo de simples envolvimento, participa-se "superficialmente", apenas, estando presente, colaborando e não nas tomadas de decisões.

Durante muito tempo confundiu-se participação popular com associativismos, onde as pessoas se associavam voluntariamente com objetivos pessoais imediatos... a participação se restringia a reuniões de pessoas com interesses comuns... O que se defende hoje, (...) é

transformar o associativismo numa instância crítica. (VICENTE, 1983, p. 31.)

O associativismo, a participação superficial é o ponto inicial, porém há necessidade de transformar isso em espaço de desvelamento sobre a conexão entre a realidade local a nacional. No sentido de capacitar a reivindicação de direitos sociais, para o acesso aos processos decisórios. Sendo que a participação efetiva também é motivada por fortes laços de identidade grupal que se estabeleçam afinidades pelas mesmas causas.

A ideologia dominante não gosta e não quer que as pessoas se dêem conta de que existem interesses e causas comuns, e que através da comunicação, da cooperação e solidariedade podem ser superados. Mas o que prevalece é a filosofia do "cada um por si e Deus por todos", ao invés da consciência de classe (GUARESCHI, 1988, p. 48-49). Prova maior disso é a fragmentação das categorias profissionais em diferentes sindicatos, apesar das especificidades, todos tem o mesmo problema em comum: "são explorados", recebem maus salários.

Reflexões a partir de HINKELAMMERT (1986) nos fazem acordar para o fato que "sujeito vivo" antecede "sujeito atuante" e "sujeito consciente". Em outras palavras, é preciso poder viver, não dá para conscientizar ou participar de estômago vazio, doente ou sem dinheiro. Primeiramente a luta deve ser a favor de vida digna.

O ideal seria que o povo organizado chegasse a controlar tanto o planejamento estatal como empresarial, ou seja, o poder político e econômico, porém diante da trágica realidade, primeiramente se faz necessária a luta *pela vida.*

Uma das estratégias existentes de luta por vida digna é a garantia de acesso aos bens e serviços, ou seja, a garantia da assistência social (que não é o horizonte que se deseja para a população) enquanto um meio e não um fim.)⁴

Segundo OLIVEIRA a assistência constitui um campo importante para a construção da cidadania plena, sendo que a sua prática é reservada exclusivamente ao profissional do Serviço Social, o Assistente Social. A assistência deve ser abordada como um direito do cidadão e não como um favor, uma esmola.

Reside aí a tarefa do Assistente Social: discutir com a população esses direitos, descaracterizando o caráter de dádiva ou doação presente nos 'benefícios' repassados pelo Estado. Assim, o assistente social contribuirá com as classes dominadas no sentido de ampliação de seus direitos e fortalecimento de suas lutas. (OLIVEIRA, 1989, p. 177.)

Em síntese esse é o papel do Serviço Social: fazer com que as pessoas se dêem conta da sua real contribuição para a possível transformação da sociedade, mesmo a longo prazo.

CAPÍTULO 2

UMA EXPERIÊNCIA DE ESTÁGIO DE SERVIÇO SOCIAL NUM PROGRAMA DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES

2.1 Apresentação do campo de estágio

É previsto no curso de Serviço Social da UFSC, um período de três semestres de estágio curricular.

Nossa experiência de estágio realizou-se no "Projeto Turminha", programa vinculado à Ação Social Paroquial do Bairro de Capoeiras, localizado mais especificamente na parte continental de Florianópolis, que atende crianças e adolescentes carentes da periferia do bairro, onde residem as pessoas de baixo poder aquisitivo, enquanto as pessoas de classe privilegiada moram na parte central do bairro, tendo como atividade básica o comércio.

O surgimento desse Projeto tem por trás o espírito de solidariedade cristã católico, gerado a partir da Campanha da Fraternidade de 1987, cujo tema era "Menor Abandonado" e também a problemática vivida pela classe comerciante do bairro transtornada com o contingente de crianças pedintes nas portas dos seus estabelecimentos.

A "comunidade" foi sensibilizada através da referida Campanha, para a realização de um trabalho junto às crianças e adolescentes carentes em vista das suas relações fragilizadas, produto da miséria; sendo que muitas delas perambulavam pelas ruas, já com grande probabilidade de se tornarem desde cedo vítimas do vício, prostituição, roubo e tantos outros problemas e males que fazem parte do seu cotidiano.

Então, no mês de fevereiro de 1988, foram encaminhados aos órgãos governamentais, FUNABEM e Recreança, dados de integração, caracterização e informações complementares sobre o Projeto, a fim de obter verbas.

Mesmo não havendo liberação das verbas pretendidas, uma equipe dirigida pelo, na época, vigário da Paróquia Padre Jacy Rocha Gonçalves, começou a se reunir periodicamente, a fim de tratar da organização do Projeto.

Fez-se necessário uma pesquisa nos colégios Anibal Nunes Pires e Edite Gama Ramos, através da qual foi detectada a existência de 215 crianças necessitadas. Por não haver condições de atender a todo esse contingente, foram selecionadas apenas 40 "crianças" mais carentes.

Nessa fase, foram feitos diversos apelos nas missas a fim de que a comunidade auxiliasse o Projeto, ao mesmo tempo foram encaminhados ofícios com pedidos de colaboração a vários estabelecimentos, sendo obtida uma resposta favorável das seguintes pessoas físicas e jurídicas: Dr. Alípio (médico - Clínico Geral); Dr. Dilson Althoff (dentista); Dr. Haylor Delambre Dias (oftalmologista); Sr. Macedo Koerich; Dr^a Amália; Panificadora Pão Real; Panificadora Cinco Estrelas; Angeloni Supermercados (campanha do troco da bondade); Mercearia Casa Verde; Açougue Silva; EMCATA (Empresa Catarinense de Arroz) e 1^a UCRE, que foram os primeiros colaboradores do Projeto.

Em maio de 1988, começou a implementação propriamente dita do Projeto, num amplo salão paroquial, nos anos seguintes transferido para os "dois" atuais locais de atendimento, distantes entre si uns 300 m.

Um deles é uma casa de alvenaria, com aproximadamente 70

metros quadrados, ao lado da Ação Social Paroquial de Capoeiras, na Rua Dib Cherem, 492 (foto).

O outro local também pertence à Paróquia, é uma casa de madeira situada dentro da comunidade (Morro do Flamengo), com aproximadamente 70 metros quadrados.

Devido ao espaço limitado, o Projeto ainda utiliza outras áreas como: a quadra de esportes do Colégio Aníbal Nunes Pires; o salão paroquial, o auditório e dois quartos da Ação Social Paroquial, um para o grupo de artesanato dos adolescentes e outro para depósito de materiais didáticos.

A meta é centralizar o atendimento numa sede única, cujo projeto arquitetônico já está em andamento.

É interessante ressaltar que o nome "Projeto Turminha" foi escolhido pelas próprias "crianças", que assim o batizaram.

Atualmente o Projeto Turminha, coordenado por Elizabete Maria Eliotério, com dedicação exclusiva para essa função, sob direção geral do Padre Jacy, atende 113 crianças e adolescentes de 6 a 17 anos de idade, pertencentes a 60 famílias provindas a maioria da comunidade Morro do Flamengo e outras comunidades carentes como a Chico Mendes, Santa Terezinha I, Vila Aparecida, Ilha Continente e Via Expressa.

Essas crianças e adolescentes são distribuídos em dois períodos, sendo quatro turmas atendidas no turno matutino, das 8h30min às 11h30min, e quatro turmas no turno vespertino, das 14h às 17h30min. Em cada período são servidas duas refeições: o lanche matinal e o almoço, ou o lanche vespertino e o jantar, sendo que as mais necessitadas recebem suplementação alimentar para os finais de semana, além de roupas e calçados que lhes são doados, eventualmente.

As atividades oferecidas são: reforço escolar, atividades recreativas, artísticas e artesanais, sendo que o reforço escolar, ou seja, a complementação nos estudos, é atividade primordial obrigatória. Portanto é pré-requisito que a "criança" beneficiada pelo Projeto esteja freqüentando a escola formal.

Os objetivos principais do Projeto são:

- Proporcionar à criança e ao adolescente oportunidade de desenvolvimento sadio, prestando-lhe atendimento na área da educação, saúde, além de assistência material, social e espiritual;
- Reintegrar a criança e o adolescente à família, comunidade e escola, através de apoio ao grupo familiar;
- Oportunizar situações de vida, de modo que as crianças e adolescentes se organizem e dêem seqüência às coisas que lhes facilitem a compreensão de seu sistema de vida, e que possam ser elementos atuantes em seu meio e agentes de mudança social³⁰.

Convém salientar que a estrutura física precária e inadequada e o despreparo do pessoal não qualificado constituíram forte obstáculo para a concretização de tais objetivos. Assim, foram muitas as dificuldades vividas nesses sete anos de existência do Projeto, porém, a persistência das pessoas envolvidas garantiu a continuidade do mesmo, possibilitando o atendimento de parte da demanda, sendo que ainda existem em torno de 50 crianças e adolescentes carentes na espera de uma vaga para serem atendidas.

O Projeto Turminha, uma vez que situado dentro do atual contexto do sistema capitalista, de exploração, dominação, exclusão e submissão vigente em nossa sociedade, surgiu como um projeto criado para amenizar as seqüelas desse.

O Padre Jacy Rocha Gonçalves, enquanto vigário da Paróquia,

³⁰Extraído dos relatórios que constam nos arquivos do Projeto Turminha.

foi o principal articulador da criação do Projeto, mas em virtude de sua saída, os objetivos a serem atingidos não foram perseguidos pelos seus sucessores. Para não haver um encerramento nas atividades, o subdito Padre se viu obrigado a tomar frente dos trabalhos, mesmo estando em outro município, administrando a instituição "Orionópolis Catarinense".³¹ Pois o Projeto Turminha desde seu surgimento baseia-se no apoio comunitário, em mão-de-obra voluntária, bem como equipes de apoio para promoção de eventos, sendo que a obtenção desses recursos materiais, humanos e financeiros, sempre envolveram a figura carismática do Padre, ficando a cargo do mesmo a administração dessas verbas.

Existe, atualmente, doadores "fixos" de pães; o Supermercado Angeloni que semanalmente doa verduras e frutas, e a própria instituição Orionópolis Catarinense que contribui com a complementação alimentar, material didático e apoio com pessoal técnico.

Junto a esse quadro de doações comunitárias, existem convênios com órgãos públicos, em nível federal com a CBIA, cuja verba liberada chega tardia e defasada. Há também um convênio com a Universidade Federal, oferecendo mão-de-obra dos estagiários, dois de Odontologia que atuam na área preventiva, sendo a parte curativa atendida na Orionópolis, e uma estagiária do Serviço Social, acompanhada pela Assistente Social da Orionópolis que, uma tarde por semana, comparece ao Projeto Turminha.

No setor público municipal, há o apoio da COMCAP - Companhia de Melhoramentos da Capital - que fornece alimentos básicos,

³¹Instituição Filantrópica Eclesial, localizada no município de São José que atende deficientes e idosos em regime de internato.

Existe ainda a tramitação junto à Câmara de Vereadores de um convênio para pagamento dos funcionários, porém no presente momento, os pagamentos são efetuados pela "Orionópolis Catarinense".

A atual equipe de funcionários do Projeto Turminha é constituída por quatro educadores, duas cozinheiras e uma coordenadora, com apoio imprescindível de quatorze voluntários que ajudam no desenvolvimento das atividades: dois para reforço escolar; cinco para artesanato; um na dança; um cabeleireiro; dois na enfermagem; dois para teatro e uma pedagoga.

O reforço escolar é necessário em virtude das crianças possuírem grandes dificuldades no aprendizado e na assimilação de conteúdos propiciando uma melhora no rendimento de aprendizagem, diminuindo o número de repetências e evasão escolar, visto que antes de entrarem no Projeto as reprovações eram mais freqüentes, além da falta de estímulo para prosseguirem os estudos, lembrando que o reforço, mesmo necessário, não atua na causa, na raiz do problema da questão da educação. Reforçar o quê? O ruim? O precário? A saída está na reestruturação de todo o sistema falido de ensino instaurado no País, principalmente no que diz respeito à formação do magistério.

Os trabalhos que são produzidos pelos adolescentes nas atividades de artesanato são comercializados em feiras, com retorno financeiro para os mesmos, além de desenvolverem novas habilidades que futuramente podem ser utilizadas para complementação na renda familiar.

A atividade de dança é restrita apenas a um pequeno grupo de meninas, enquanto os demais também gostariam de participar, mas não

possuem a mesma oportunidade. Assim se percebe a reprodução do sistema que privilegia os mais "aptos" e exclui os demais.

Em relação aos voluntários de enfermagem, uma fica encarregada de levar as crianças ao médico, encaminhando-as para especialistas como terapeuta, fonoaudiólogo, enquanto a outra, formada em Saúde Pública, faz palestras sobre sexualidade com o grupo de adolescentes do artesanato se dedicando mais a própria organização das atividades de artesanato.

No teatro são realizados exercícios de expressão corporal e ensaios de representação de peças para um grupo de adolescentes no "período noturno", pois apenas nesse horário os voluntários dispõem de tempo. Assim há necessidade do projeto ter que se adaptar à disponibilidade dos mesmos.

O trabalho precioso da pedagoga voluntária Jeane Furtado teve início em março de 1993, através de reuniões realizadas semanalmente com a presença da Coordenadora, dos educadores e voluntários nas quais são discutidas as dificuldades do trabalho realizado na atuação direta com as crianças, com orientações, avaliações e estudos para uma postura mais adequada no decorrer de suas atividades.

Nessas reuniões pedagógicas, foi elaborada a organização das atividades desenvolvidas e o planejamento com estruturação do quadro de horários das mesmas, pois, levar adiante os trabalhos nas condições que se encontravam, era levar adiante um processo criminoso, que causava grande angústia.

Portanto, para entender o Projeto Turminha, no presente, é

necessário ver toda sua "historicidade", como esse se fez, não apenas numa seqüência de dados cronológicos.

Assim, ainda nesse semestre do ano de 1993, além das reuniões pedagógicas, começaram a ser realizadas reuniões periódicas com os pais, caracterizando um momento importante para a intervenção de Serviço Social.

2.2 O Serviço Social na tentativa de construção da cidadania

Nesta última parte deste Trabalho de Conclusão de Curso, veremos alguns pequenos aspectos dos nossos esforços na tentativa de intervenção para construção de cidadania enquanto estagiárias de Serviço Social, junto ao "processo de reuniões mensais", realizadas com os pais ou responsáveis pelas crianças e adolescentes do Projeto Turminha.

As reuniões com os pais começaram a acontecer mensalmente, pois anteriormente eram bastante precárias e há um ano elas não ocorriam, sendo que algumas mães já estavam questionando a falta das mesmas.

As reuniões no ano de 1993 tiveram início em abril, com interrupções nos meses de julho, setembro e dezembro, perfazendo no final do ano um total de sete reuniões, que tiveram a nossa participação e serão aqui objeto de estudo, sendo que os relatórios correspondentes a elas se encontram no arquivo do Projeto Turminha.

Inicialmente é importante ressaltar que enquanto estagiárias de Serviço Social, nunca coordenamos essas reuniões, mesmo sendo essa uma atividade ou técnica peculiar do trabalho de Serviço

Social. Justificamos esse fato por não haver uma profissional da área compondo o quadro de funcionários do Projeto Turminha, causando prejuízos para a prática da profissão e, conseqüentemente, à nossa prática de estágio.

X No decorrer das reuniões, sempre nos esforçamos para que essas não se tornassem um mero momento de repasse de informações, mas que também trouxessem contribuições para alterar o nível de consciência de seus participantes, buscando codificar a totalidade social complexa e contraditória do nosso sistema. Para isso sempre acompanhamos todo o processo das reuniões sendo que, lamentavelmente, nunca tivemos muito êxito intervindo; porém, realizamos ensaios significativos que tentaremos aqui ressaltar.

Os convites para essas reuniões eram datilografados e reproduzidos, sendo posteriormente entregues por mim e pela outra estagiária de Serviço Social, Fabiana Pedrosoni; percorríamos a comunidade, passando nas casas das famílias, entregando o convite, incentivando as pessoas a participarem e terem consciência do significado da participação, falando, por exemplo, que com o comparecimento nas reuniões é possível reivindicar melhorias no atendimento do Projeto.

As três primeiras reuniões foram realizadas numa sala do próprio Projeto Turminha, sendo que as reuniões subseqüentes foram transferidas para o auditório da Ação Social Paroquial, em função do aumento da presença das mães. Esse aumento ocorreu devido à nova "regra" imposta: - crianças e adolescentes que não tiverem um familiar ou responsável presente nas reuniões não têm direito de freqüentar o Projeto no dia seguinte.

Concluimos que a maioria das mães comparece às reuniões simplesmente pelo fato de seus filhos correrem o risco de não receber atendimento no dia seguinte, pois quanto essa regra não existia, a presença das mães não era significativa.

* Assim evidenciamos que o "sistema" capitalista implantado faz com que a grande maioria das pessoas apenas "sobrevivam para não morrer". E nessa luta pela sobrevivência acaba não existindo tempo e "condições" para o lazer, o estudo, para cuidar da saúde, para exercer sua criatividade e, principalmente, sem tempo e condições para participar de "atividades" que fogem do seu cotidiano.

* Nesse sentido, as datas das reuniões eram fixadas antecipadamente, em conjunto com as mães, no caso, toda última sexta-feira do mês, para que se tornassem parte da rotina na vida dessas famílias, até perceberem a importância da participação no sentido de ter acesso aos processos decisórios.

A freqüência nas reuniões era essencialmente feminina, nunca houve a presença de um "pai", em consequência da própria ideologia da sociedade brasileira, "predominantemente machista", onde os homens pensam em quase sua totalidade, que as mães são as únicas responsáveis no que diz respeito a seus filhos; ao marido cabe apenas a função de procriação, entrando apenas como "progenitores", pois muitas vezes até o sustento da casa torna-se responsabilidade da mulher.

Na reunião de junho, uma das doze mães presentes, comentou que seu marido sempre freqüenta as reuniões da Escola, ficando muito sem jeito porque quase sempre é o único pai a participar.

Assim, quando passávamos nas casas das famílias, convidávamos e ressaltávamos a importância da presença do pai nas reuniões, entretanto, sua participação nas mesmas nunca aconteceu.

Talvez tenha faltado, da nossa parte, o uso de uma estratégia de aproximação, como a realização de algum evento de atividade masculina, como um futebol, um jogo de cartas, para efetivar um primeiro contato com os pais.

* O ideal seria que as pessoas tivessem consciência da importância da participação, que é principalmente centralizar forças na "conquista" e preservação de seus direitos e que não houvesse obrigatoriedade, embora essa seja um começo para alcançar tal objetivo.

As reuniões realizadas com "as mães" das crianças e adolescentes atendidos no Projeto Turminha, no período do estágio, mais especificamente no ano de 1993, tiveram como características ou aspectos principais a realização de: Técnicas de Dinâmica de Grupo, palestras com temas sobre o cotidiano, e dar informações sobre as questões estruturais e funcionais do atendimento no Projeto.

As Técnicas de Dinâmica de Grupo foram seguidas para humanizar as relações estabelecidas nas reuniões; rompendo as possíveis formalidades e/ou eventual monotonia, fazendo com que houvesse mais espontaneidade e descontração no transcorrer da reunião, estabelecendo um maior entrosamento entre os envolvidos.

O exemplo mais significativo foi o da última reunião do ano, em novembro de 1993, quando percebemos o estado abatido, meio

cansado dos participantes e tivemos a idéia de sugerir a aplicação de uma técnica que levantou o ânimo dos participantes.

A proposta, que se tratava de uma brincadeira para se movimentar do lugar, foi aceita pela maioria das mães e com sua aplicação evidenciamos, claramente, os efeitos positivos no grupo; após sua realização todos pareciam revigorados, inclusive os que não participaram se divertiram com o momento.

Os cansaços vivenciado nas reuniões, ocorreram devido ao prolongamento excessivo, quase três horas de duração, extrapolando a resistência das pessoas, além disso, todas as reuniões começavam atrasadas.

Outro aspecto das reuniões era **dar informes** sobre as questões estruturais e funcionais, relativas ao andamento das atividades realizadas no Projeto Turminha, principalmente no que diz respeito ao atendimento e encaminhamento da atuação da pedagoga, bem como do Serviço Social com as visitas domiciliares e de toda a equipe do Projeto Turminha.

Lembrando que o termo dar parece ter conotação de entregar algo pronto e acabado, sem possibilidade de troca de opiniões e sugestões.

Assim, nossos esforços aconteceram para que a reunião não se tornasse um simples e mero momento de "despejar comunicados", sem desprezar a necessidade dos mesmos, mas não faz sentido centralizar toda a reunião em comunicados.

Em todas as reuniões as mães foram consultadas e incentivadas por nós para sugerirem e opinarem sobre a atuação do Projeto Turminha.

Algumas delas se manifestaram com insatisfações em relação ao atendimento de seus filhos, como por exemplo, a dispensa desses fora do horário sem prévia comunicação aos pais. As possíveis soluções para os problemas apresentados eram buscadas em conjunto com as mães, devido à urgência de soluções.

× É fundamental tratar as pessoas como sujeitos capazes de decidirem por si e para si, e não como meros objetos de manipulação, que recebem tudo pronto sem terem a oportunidade de participar no processo decisório das questões, principalmente no que diz respeito às finanças.

* Enquanto estagiárias almejávamos que pelo menos as mães "visualizassem" a planta do projeto arquitetônico do futuro centro de atendimento, mas não conseguimos isso porque o projeto da planta, sob guarda do Padre, só era exibido a fortes candidatos que poderiam colaborar financeiramente para a execução do mesmo; gostaríamos que as mães, conjuntamente, decidissem e escolhessem seu destino.

Outro aspecto importante das reuniões foi a explanação de palestras com assuntos que vinham ao encontro dos interesses dos próprios participantes, sendo que as mães presentes sempre eram consultadas sobre que assunto gostariam de obter mais conhecimentos nas reuniões subseqüentes.

Os temas das palestras foram abordados por profissionais "externos", convidados por nós e pela coordenação do Projeto. Essas palestras ocorreram apenas em três reuniões, cujos temas foram: pediculosidade, relacionamento familiar e agressividade.

Faltou da nossa parte mais dedicação quanto a esse aspecto, pois verificamos que há necessidade de investigar antecipadamente, através do diálogo, qual a visão de mundo que as pessoas convidadas possuem, para que não façam uma leitura conservadora, equivocada da realidade.

Ainda em relação aos "convites aos profissionais", evidenciamos nossos descuidos em convidá-los muito próximo à data da reunião, sendo que os três profissionais que compareceram citaram esse fato.

✧ Assim, consideramos de essencial importância tomar consciência dos erros e limites da nossa prática para poder superá-los. Temos que ter consciência que a reunião é um espaço importante que deve ser muito bem aproveitado para ocorrer a troca de "saberes" e, principalmente, desvelamento do real, para construção da cidadania.

✧ Através das reuniões verificamos que as mães possuem um sentido de "eterna gratidão" ao Projeto, sem a noção que os benefícios prestados representam um direito que lhes cabe. Nunca conseguimos expor esse aspecto às próprias mães. Em outras palavras, deixamos de fazer intervenções importantes e até mesmo necessárias, algo que nos angustiou muito, por queremos expor de forma clara e coerente o porquê das coisas e não saber fazê-lo, principalmente nas primeiras reuniões. Falhamos bastante por não dominar uma "argumentação teórica" competente para realizar conscientização.

Com os temas abordados nas reuniões, todos nós participantes pudemos nos dar conta dos problemas comuns que possuímos,

indiferente da classe social a qual pertencemos, em maior ou menor escala enfrentamos semelhantes dificuldades (como piolho, agressividade, relacionamento familiar), porque estamos todos inseridos dentro do mesmo sistema. E que devemos unir forças e buscar soluções conjuntas, para resolver e combater esses problemas comuns. Isso representa construção de cidadania.

Cidadania é a qualidade social de uma sociedade organizada sob a forma de direitos e deveres majoritariamente reconhecidos. Trata-se de uma das conquistas mais importantes na história. No lado dos direitos, repontam os ditos direitos humanos, que hoje nos parecem óbvios, mas cuja conquista demorou milênios, e traduzem a síntese de todos os direitos imagináveis que o homem possa ter.

No lado dos deveres, aparece sobretudo o compromisso comunitário de cooperação e corresponsabilidade...

Cidadania fundamental viceja neste lado, aquela que sabe tomar consciência das injustiças, descobre os direitos, vislumbra estratégias de reação e tenta mudar o rumo da história. (DEMO, 1988, p. 70-71.)

^K Cidadania como direito a própria vida precisa ser construída coletivamente, através da qualidade das relações que estabelecemos. Assim um bom começo para a construção da cidadania é romper com a ^{nessa} postura alienante, autoritária, acomodada, individualista, etc., que reproduz as ambiguidades do sistema como um todo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

* Muitos programas corretivos e compensatórios se fazem necessários para impedir o total avanço da pobreza, e é nesse espaço que o profissional de Serviço Social dever atuar de forma conscientizadora e desalienante.

O problema não está nas vantagens, no sucesso e benefícios do sistema capitalista vigente, o problema é que essas vantagens são abrangem apenas uma minoria.

Assim não é possível ver a problemática da criança e do adolescente no Brasil, sem atentar para a realidade brasileira, todo o contexto social e a natureza estrutural dessa problemática.

Fica evidente diante dos dados e fatos que o povo brasileiro, em sua maioria, não exerce sua cidadania plena, na busca de direitos para uma vida melhor.

O Assistente Social não pode esquecer do seu "papel político" diante da dura realidade que o cotidiano apresenta para, com seu embasamento teórico, decodificar essa realidade, apontando alternativas que favoreçam a construção da cidadania.

Aqui convém lembrar a importância de repassar o "saber acadêmico", que não deve ser aprisionado por uma minoria privilegiada, pois esse "conhecimento" pertence a todo o povo, principalmente à massa das camadas populares que, através de pagamento de impostos, sustenta as universidades federais e estaduais de ensino "gratuito", gratuito entre aspas porque é muito bem pago pelo povo.

Concluindo, queremos enfatizar a importância de, enquanto profissionais de Serviço Social, optarmos por uma postura política desalienante, quebrando amarras que nos foram impostas.

Essa postura desalienante significa fugir do conservadorismo e partir para um posicionamento crítico diante da realidade, desvelando-a, buscando a verdade de todo contexto social.

SUGESTÕES

Em relação ao campo de estágio, Projeto Turminha, sugerimos:

- Que as reuniões com os pais se realizem regularmente todo mês, propiciando assim a participação da família "na vida" do Projeto.

- Que sejam enfocados nas reuniões temas da realidade social, que oportunizem opiniões e tomada de decisões pelos próprios pais, permitindo que avanços sejam dados na construção da cidadania.

- Que as reuniões não sejam tão prolongadas, pois ocorre uma perda na produtividade, além de um grande desgaste físico e intelectual para todos os participantes.

- Que as reuniões sejam gravadas, fotografadas ou filmadas em vídeo, para organizar um arquivo documentando fidedignamente todas as ocorrências.

- Que a atual pedagoga seja contratada, que não se deixe passar a oportunidade de incluí-la, oficialmente, no quadro de funcionários, pois sua metodologia de trabalho é muito eficiente, prova disso foram os resultados verificados.

- Que a planta do futuro projeto arquitetônico do "Centro de Atendimento" do Projeto Turminha seja apresentada e debatida com os pais, antes de sua construção.

- Que seja feita uma investigação mais profunda e registro do processo histórico do surgimento do Projeto Turminha, pois os dados existentes não resgatam a verdadeira trajetória e todas suas implicações.

- Que seja contratada uma Assistente Social para que as questões pertinentes à profissão não fiquem totalmente nas mãos dos estagiários (inexperientes, por estarem em fase de aprendizado) e os trabalhos não sofram uma descontinuidade de objetivos e ações.

Com relação ao processo pedagógico do Curso de Serviço Social temos algumas sugestões:

- Que sejam realizados, no transcorrer do Curso, palestras e debates sobre temáticas que envolvem o cotidiano das camadas populares, com enfoque nas providências práticas a serem tomadas.

- Que o responsável pela Coordenadoria de Estágio faça visitas a "todas" as instituições de campo de estágio para verificar se essas cumprem com os requisitos exigidos quanto às diretrizes de estágio, Capítulo 1.

- Que o Departamento de Estágio crie uma espécie de "videoteca" dos campos de estágio, para ser apresentada aos alunos em processo de escolha de local de estágio.

- Que a orientação dos Trabalhos de Conclusão de Curso seja juntamente com a supervisão de campo para aperfeiçoar a relação teoria e prática.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ABRANCHES, S. H. Os despossuídos. Crescimento e pobreza no país do milagre. Rio de Janeiro : Zahar, 1986. p. 30-49.
- ARAÚJO, T. B. Conseqüência da luta contra a miséria. Revista Políticas Governamentais. [S.l.], n. 98, 1994.
- CIGNOLLI, A. Estado e força de trabalho. São Paulo : Brasiliense, 1993.
- COSTA, A. F. A. da. A mutação judicial. In: BRASIL Criança Urgente. A Lei 8069/90. São Paulo : Instituto Brasileiro de Pedagogia Social, 1990.
- COVRE, M. L. M. O que é cidadania. 2.ed., São Paulo : Brasiliense, 1993. (Coleção Primeiros Passos.)
- CURY, M. et al. Estatuto da criança e adolescente comentado. Comentários jurídicos e sociais. São Paulo : Malheiros, 1992.
- DEMO, P. Pobreza política. São Paulo : Cortez, 1988.
- DUSSEL, E. Ética comunitária. Petrópolis : Vozes, 1986.
- ESPERT, F. Abertura e humanização institucional. Bogotá : UNICEF, 1987.
- FUNDAP. Políticas sociais no Brasil: Avaliação e propostas para os anos 90. [S.l.:s.n.] 1991.

- GUARESCHI, P.; RAMOS, R. A máquina capitalista: como funciona e se reproduz. Porque paga baixos salários. Papel do intelectual na luta pelas mudanças. Um exemplo: RBS. 2. ed., Petrópolis: Vozes, 1988.
- HINKELAMMERT, F. J. Crítica a razão utópica. São Paulo : Paulinas, 1988.
- IBGE. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios. Rio de Janeiro, 1991.
- JAGUARIBE, H. et al. Brasil: reforma ou caos. 3. ed., Rio de Janeiro : Paz e Terra, 1989.
- OLIVEIRA, H. M. J. de. Assistência social: do discurso do Estado à prática do Serviço Social. Florianópolis : Ed. da UFSC, 1989.
- PEREIRA JR., A. et al. Os impasses da cidadania: infância e adolescência no Brasil. Rio de Janeiro : IBASE, 1992.
- PINTO, L. L. (Coord.) Extermínio de crianças e adolescentes. Rio de Janeiro : GT-SIPIA/DIPROM, 1991.
- RODRIGUES, C. Os números da exclusão social. *Revista Políticas Governamentais*, [S.l.], n. 99, 1994. p. 7-15.
- TEIXEIRA, S. M. F. Previdência versus assistência na política social brasileira. São Paulo : PUC, 1987. Tese de doutorado.
- VICENTE, V. A. Política social, um instrumento de dominação. Florianópolis : UFSC, 1983.